

16 ABR 2006

JORNAL DE BRASÍLIA

TJ moderniza trabalho de arquivamento de processos

Equipe vai avaliar documentos que merecem ser guardados para consulta

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) inaugura, amanhã, o Centro de Modernização Arquivístico, como parte integrante do seu Projeto de Modernização de Arquivos (Proma). O Centro constitui-se em um galpão com 200 metros quadrados, onde cerca de 100 servidores irão trabalhar, digitalizando uma média diária de 15 mil documentos. A expectativa é de que, até o fim do ano, cerca de 40% do acervo do TJDFT, ou seja, 350 mil processos sejam digitalizados. A economia com a redução de gastos para conservação é estimada em R\$ 1 milhão por ano.

Com a inauguração, o Tribunal dá início às atividades do Proma – um projeto pioneiro que vai revolucionar a guarda e o arquivamento dos processos judiciais. O objetivo é a racionalização dos trabalhos arquivísticos no tocante aos autos de processos judiciais em conclusão, possibilitando preservar a informação de forma segura, com a redução de custos e de ocupação de espaço físico.

Só após a digitalização dos processos será possível dar

continuidade aos trabalhos do Proma, que prevêem a eliminação dos autos de processos judiciais encerrados, após uma criteriosa avaliação.

Cerca de 100 servidores irão trabalhar, digitalizando uma média diária de 15 mil documentos

A análise será feita por equipe especializada, para definir quais autos de processos judiciais poderão ser eliminados e quais devem ser preservados. O Tribunal publicará no *Diário da*

Justiça os editais para eliminação de documentos, sendo facultado às partes interessadas, no prazo estabelecido, o desen-

tranhamento dos documentos que juntaram aos autos, certidões ou cópias de peças judiciais enumerados no edital.

A necessidade de implantação do Proma é justificada diante do diagnóstico de acúmulo em escala exponencial de documentação da área-fim do Tribunal. Isso porque o aumento na distribuição dos autos de processos judiciais no DF cresce a uma taxa média de 10,22% ao ano, sendo esta sensivelmente mais alta que a do arquivamento – que se posiciona em 9,65% ao ano –, e que resulta em um gargalo nessa última fase, refletindo no acúmulo de autos de processos judiciais nos cartórios.